

Eólica Ibirapuitã S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e acionistas da
Eólica Ibirapuitã S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Ibirapuitã S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Ibirapuitã S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das

operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de maio de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Claudio Henrique Damasceno Reis'. The signature is written in a cursive, flowing style.

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Ibirapuitã S.A

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2017	31.12.2016	Passivo	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.804	631	Empréstimos e financiamentos	10	3.904	3.522
Contas a receber	6	1.809	1.895	Fornecedores	11	6.458	14.406
Despesas pagas antecipadamente		35	116	Provisões passivas	12	457	910
Impostos a recuperar	7	2.896	4.643	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	13	894	-
Total do ativo circulante		<u>8.544</u>	<u>7.285</u>	Adiantamentos de clientes		-	8
				Obrigações fiscais		2.905	3
				Total do passivo circulante		<u>14.618</u>	<u>18.849</u>
Depósitos Judiciais		18	18				
Fundos Vinculados	8	3.028	2.156	Empréstimos e Financiamentos	10	38.155	41.413
Imobilizado	9	109.935	110.442	Fornecedores	11	-	5.118
Total do ativo não circulante		<u>112.981</u>	<u>112.616</u>	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	13	3.556	1.690
				Partes Relacionadas - Despesas a reembolsar	14	296	2.642
				Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	14	4.660	171
				Total do passivo não circulante		<u>46.667</u>	<u>51.034</u>
				Patrimônio Líquido	15		
				Capital social		177.006	177.006
				Prejuízos acumulados		(116.766)	(126.988)
				Total do patrimônio líquido		<u>60.240</u>	<u>50.018</u>
Total do ativo		<u>121.525</u>	<u>119.901</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>121.525</u>	<u>119.901</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Ibirapuitã S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional líquida	16	<u>27.796</u>	<u>9.739</u>
Custo de operação	17	<u>(14.590)</u>	<u>(9.025)</u>
Resultado bruto		<u>13.206</u>	<u>714</u>
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(831)	(869)
Material		(2)	(1)
Serviços de terceiros		(751)	(1.062)
Arrendamentos e aluguéis		(39)	(55)
Impairment	9	4.487	(33.119)
Outros		<u>(97)</u>	<u>(25)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>15.973</u>	<u>(34.417)</u>
Receitas financeiras	18	912	249
Despesas financeiras		<u>(4.039)</u>	<u>(12.718)</u>
		<u>(3.127)</u>	<u>(12.469)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>12.846</u>	<u>(46.886)</u>
Imposto de renda e Contribuição social correntes	19	(2.624)	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	19	<u>-</u>	<u>(18)</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício		<u><u>10.222</u></u>	<u><u>(46.904)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Ibirapuitã S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	10.222	(46.904)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>10.222</u></u>	<u><u>(46.904)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Ibirapuitã S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>42.741</u>	<u>(80.084)</u>	<u>(37.343)</u>
Integralização de capital	134.265	-	134.265
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(46.904)</u>	<u>(46.904)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>177.006</u>	<u>(126.988)</u>	<u>50.018</u>
Lucro do exercício	<u>-</u>	<u>10.222</u>	<u>10.222</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>177.006</u>	<u>(116.766)</u>	<u>60.240</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Ibirapuitã S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Lucro (Prejuízo) do exercício		10.222	(46.904)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Impairment	9	(4.487)	33.119
Custo de captação do empréstimo	10	(28)	27
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR		2.760	2.094
(-) Ajustes ref mudanças de estimativas - exercício anterior		-	(2.420)
Depreciação	9	6.254	6.494
Encargos Financeiros	10	4.026	4.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	18
		18.747	(3.179)
Redução (aumento) nos ativos:			
Depósitos Judiciais		-	(18)
Impostos a recuperar		1.747	896
Despesas pagas antecipadamente		81	108
Contas a receber		86	(353)
Outras contas a receber		-	22
		1.914	655
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		(13.066)	5.017
Provisões passivas		(453)	-
Adiantamento de clientes		(8)	8
Obrigações fiscais		3.626	(4)
		(9.901)	5.021
Caixa provenientes das (usados nas) atividades operacionais			
		10.760	2.497
Juros pagos	10	(3.470)	(3.740)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(724)	-
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais			
		6.566	(1.243)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado	9	(1.260)	(1.567)
Baixas do ativo imobilizado	9	-	3.209
Recursos líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de investimento			
		(1.260)	1.642
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Operações com partes relacionadas/AFAC		2.143	3.310
Pagamento empréstimos - principal	10	(3.404)	(3.318)
Fundos Vinculados		(872)	(253)
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades de financiamento			
		(2.133)	(261)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes		3.173	138
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		631	493
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.804	631

Os efeitos não caixa estão apresentados na nota explicativa nº 22.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares reais)

1 Contexto operacional

A EOL Ibirapuitã faz parte do Complexo Eólico de Livramento, sendo uma subsidiária integral da Livramento Holding S.A., criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de março de 2016 a gestora de recursos Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

O Parque Ibirapuitã possui 25,2 MW¹ médios de potência instalada com um total de 11,70 MW médios de garantia física, para contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do parque Eólico Ibirapuitã foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para se estabelecer como Produtora Independente de Energia Elétrica.

As atividades do Parque Eólico Ibirapuitã se iniciaram em dezembro de 2011, quando ocorreram os primeiros aportes de capital pela holding para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação do parque eólico e algumas despesas administrativas iniciais.

Em Novembro de 2014, foi efetuada a troca do fornecedor dos aerogeradores do parque, por insuficiência operacional da WPE Windpower. A WEG foi o novo fornecedor dos 12 Aerogeradores contratado para entrega dos parques até Maio de 2015. As atividades de implantação da Central Geradora Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 a central eólica encontra-se em operação comercial.

Continuidade operacional

As atividades da Companhia passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira nos últimos 5 trimestres, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta lucro no exercício de R\$10.222 (prejuízo de R\$46.904 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R\$116.766 (R\$126.988 em 31 de dezembro de 2016) e capital circulante líquido negativo no valor de R\$6.074 (R\$11.564 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Dentre as medidas adotadas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações, em 24 de março de 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MWmédio, potência instalada, entre outras, não são auditadas pelos auditores independentes.

Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D - (“CCEE A0” abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica de todos os contratos firmados no ACR e com posterior recontração no Mercado Livre. Em 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCS D em que a Companhia foi contemplada com a descontração de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Adicionalmente, em maio de 2017 a Companhia aderiu ao MCS D A4+, objetivando a rescisão de 100% dos montantes de energia elétrica dos contratos firmados no ACR. Novamente a Companhia foi contemplada com a descontração total e a consequente rescisão de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Parte da energia descontraada de forma permanente foi vendida em leilão privado de longo prazo realizado pela Companhia, com fornecimento de energia pelo período de janeiro de 2018 a dezembro de 2031.

O objetivo da Companhia ao participar do mecanismo foi a possibilidade de reduzir de maneira significativa o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física do parque eólico Ibirapuitã. Além disso, a Companhia negociou a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Ainda de acordo com a energia gerada pelo Parque Ibirapuitã, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês, o que vem acontecendo desde abril de 2017.

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produttore Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria executiva em 28 de maio de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreende Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia

baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de

que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

e. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros não derivativos: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Empréstimos e recebíveis; e

- Passivos financeiros não derivativos: Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Contas correntes bancárias	785	631
Aplicações Financeiras	<u>3.019</u>	<u>-</u>
	<u>3.804</u>	<u>631</u>

As aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia. São prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valores.

6 Contas a receber

	31.12.2017	31.12.2016
Provisão de venda de energia	1.861	1.303
Outros Recebimentos	(63)	-
Venda de Energia	11	569
Energia Elétrica de Curto Prazo	<u>-</u>	<u>23</u>
	<u>1.809</u>	<u>1.895</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de provisão de venda de energia refere-se a estimativa para o mês de dezembro, uma vez que as faturas da energia gerada no mês, são emitidas no mês subsequente, ou seja, a geração de energia do mês de dezembro será faturada nos primeiros dias de janeiro de 2018.

7 Impostos a recuperar

	31.12.2017	31.12.2016
Crédito de Pis	356	792
Crédito de Cofins	1.469	3.482
CSLL a recuperar	-	27
CSLL retido clientes	-	31
IR s/ Aplicação	41	113
IRRF retido clientes	-	35
IRRF come-cotas	-	58
Outros	<u>1.030</u>	<u>105</u>
	<u>2.896</u>	<u>4.643</u>

8 Fundos vinculados

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicação Bradesco Referenciado DI - O&M	538	70
Aplicação Bradesco Referenciado DI - Serviço da Dívida	<u>2.490</u>	<u>2.086</u>
	<u>3.028</u>	<u>2.156</u>

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Além disto, 100% da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota Explicativa nº 10). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

9 Imobilizado

	31.12.2017	31.12.2016
Em serviço		
Geração		
Edificação, obras civis e benfeitorias	7.974	8.345
Máquinas e equipamentos	118.828	125.300
Intangíveis	333	334
(-) Depreciação acumulada - edificações, obras civis e benfeitorias	(369)	(371)
(-) Depreciação acumulada - máquinas e equipamentos	(5.329)	(7.732)
Sistema de transmissão e conexão		
Máquinas e equipamentos	12.093	12.649
(-) Depreciação acumulada - máquinas e equipamentos	(555)	(556)
(-) Impairment (a)	(28.632)	(33.119)
Em curso		
Geração		
Adiantamento a fornecedores	-	19.987
Material em depósito	5.592	5.592
(-) Provisão para perda (a)	-	(19.987)
	109.935	110.442

a. Adiantamento a fornecedores

Em 7 de fevereiro de 2014, a controladora da Companhia firmou um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R\$ 239.974. A controladora da Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito do Grupo para R\$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

b. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2017, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do impairment. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O impairment está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

As reversões de impairment em 2017 decorrem principalmente dos efeitos positivos do processo de desconstratação de energia através mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit – MCSD junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com a oferta de desconstratação total dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, de abril a dezembro de 2017 (CCEE A “0”) e 2018 até o final dos contratos (CCEE A “4+”). Assim, além de cessar a necessidade de provisão para energia reduzida e a aquisição de energia, a desconstratação elevou o montante das receitas futuras.

Principais premissas adotadas

	2017
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	7,52% pós-tax
	De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
Preço da receita PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	92% da garantia física

Abaixo segue a movimentação do imobilizado em 2017:

Eólica Ibirapuitã S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	Saldos em 31.12.2016	Aquisições	Depreciação	Provisões para perda	Saldos em 31.12.2017
Em serviço					
Geração					
Edificação, obras civis e benfeitorias	7.974	-	(369)	-	7.605
Máquinas e equipamentos	117.568	1.260	(5.329)	-	113.499
Intangíveis	334	-	-	-	334
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	12.093	-	(556)	-	11.537
(-) Impairment (a)	(33.119)	-	-	4.487	(28.632)
Em curso					
Geração					
Adiantamento de fornecedores	19.987	-	-	-	19.987
Material em depósito	5.592	-	-	-	5.592
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	(19.987)
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
	<u>110.442</u>	<u>1.260</u>	<u>(6.254)</u>	<u>4.487</u>	<u>109.935</u>

	Saldos em 31.12.2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Provisão para perdas	Saldos em 31.12.2016
Em serviço						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.252	-	-	(278)	-	7.974
Máquinas e equipamentos	126.527	-	(3.160)	(5.799)	-	117.568
Intangíveis	334	-	-	-	-	334
Sistema de transmissão e conexão						
Máquinas e equipamentos	12.513	-	(3)	(417)	-	12.093
(-) Impairment (b)	-	-	-	-	(33.119)	(33.119)
Em curso						
Geração						
Adiantamento a fornecedores	20.033	-	(46)	-	-	19.987
Material em depósito	4.025	1.567	-	-	-	5.592
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	-	(19.987)
	<u>151.697</u>	<u>1.567</u>	<u>(3.209)</u>	<u>(6.494)</u>	<u>(33.119)</u>	<u>110.442</u>

10 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	31.12.2017	31.12.2016
BNDES - Principal	41.871	45.158
BNDES - Encargos	541	158
BNDES - Custo de captação	(353)	(381)
	<u>42.059</u>	<u>44.935</u>
Circulante	3.904	3.522
Não circulante	38.155	41.413

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		
Saldo no início do exercício	<u>3.522</u>	<u>3.474</u>
Transferências do não circulante	3.687	3.292
Amortização (principal e encargos)	(6.874)	(7.058)
Encargos	3.597	3.787
Amortização do Custo de Captação	(28)	27
Saldo no final do exercício	<u>3.904</u>	<u>3.522</u>
Não circulante		
Saldo no início do exercício	<u>41.413</u>	<u>44.099</u>
Encargos	429	606
Transferências para o circulante	(3.687)	(3.292)
Saldo final do exercício	<u>38.155</u>	<u>41.413</u>
	<u>42.059</u>	<u>44.935</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui no passivo não circulante o montante de R\$ 38.155, referente a primeira e segunda parcela dos empréstimos obtidos junto ao Banco.

Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado novo contrato de financiamento com o BNDES. Com a eficácia do novo contrato, os saldos deixam de ser atualizados de TJLP + 2,18% a.a. e passam para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos). Além disto, haverá a troca dos recebíveis oriundos do ACR para os negociados no ACL.

Ainda sobre as garantias, além dos recebíveis, são oferecidos os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e valores caucionados em contas reservas. O *covenant* do financiamento exigido após o início do prazo de amortização corresponde à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq 1,3$ ao final do exercício, o que foi cumprido em 2017.

11 Contas a pagar de fornecedores

	31.12.2017	31.12.2016
Materiais e serviços a pagar	345	104
Weg Equipamentos Elétricos S.A	6.004	14.176
TUST provisão	109	126
Total do Circulante	6.458	14.406
Weg Equipamentos Elétricos S.A	-	5.118
Total do não circulante	-	5.118

A Companhia firmou acordo de quitação com a WEG, diluindo o valor devido em parcelas a ser liquidadas em 2018, reclassificando assim parte do valor devido para o passivo não circulante.

12 Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	31.12.2017	31.12.2016
Aerogeradores	-	443
Gastos com Meio Ambiente	-	12
Serviços de Engenharia	457	455
	457	910

13 Ressarcimento Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o exercício foi inferior aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado ACR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica. Em função do fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que esta possuía com os CCEARs a ser liquidada nos exercícios subsequentes. Os desvios negativos de geração serão ressarcidos em negociações bilaterais com as distribuidoras detentoras destes direitos. Vale ressaltar que, conforme mencionado na nota explicativa 1, os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

	31.12.2017	31.12.2016
Faturamento sazonal	3.209	11.096
Geração de energia	<u>(2.090)</u>	<u>(10.264)</u>
Ressarcimento líquido (a)	1.119	832
(+) Variação do PLD (b)	<u>539</u>	<u>1.262</u>
Ressarcimento bruto (a + b)	1.659	2.094
Circulante		
Saldo início do exercício	<u>-</u>	<u>252</u>
Geração reduzida (abaixo de 10%)	894	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado (d)	-	(252)
Ajuste ressarcimento ano anterior (c)	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>894</u>	<u>-</u>
Não circulante		
Saldo início do exercício	1.690	1764
Geração reduzida (acima de 10%)	765	2.094
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado (d)	<u>1.101</u>	<u>(2.168)</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.556</u>	<u>1.690</u>

- (a) Diferença entre o contrato e a geração, com o mesmo preço. Registrado no resultado como redutora da receita
(b) Diferença apontada no item (a) calculada pelo maior preço entre o RFU (Receita Fixa Unitária) e o PLD.
(c) Montante descontado no faturamento de 2016 referente ressarcimento de curto prazo do ano anterior.
(d) Ajuste do ressarcimento conforme PLD quadrienal atualizado.

14 Partes relacionadas

Parte relacionada	Natureza	31.12.2017	31.12.2016
Livramento Holding S.A	Despesas a reembolsar	296	2.642
Livramento Holding S.A	AFAC	<u>4.660</u>	<u>171</u>
Total passivo		<u>4.956</u>	<u>2.813</u>

15 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

	<u>31.12.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	Ações	%	Ações	%
Livramento Holding S.A	<u>177.006</u>	<u>100%</u>	<u>177.006</u>	<u>100%</u>
	<u><u>177.006</u></u>	<u><u>100%</u></u>	<u><u>177.006</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Em 31 de dezembro de 2017 o Capital Social da Companhia é de R\$ 177.006, representadas por ações ordinárias que não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertencente a acionistas domiciliados no país.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

c. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária.

16 Receita operacional líquida

	31.12.2017	31.12.2016
Receita Operacional bruta		
Receita de venda de energia - Contrato CCEAR	5.253	11.096
(-) Ressarcimento por geração reduzida (Nota 13)	(1.119)	(832)
Receita de venda de energia - Lastro de potência	-	480
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	800	213
Receita de venda de energia - Comercialização	8.380	-
Receita de venda de energia	18.532	-
Deduções da receita bruta		
PIS	(711)	(202)
COFINS	(3.275)	(931)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(64)	(85)
	<u><u>27.796</u></u>	<u><u>9.739</u></u>

17 Custos de operação

	31.12.2017	31.12.2016
Serviços de terceiros	(3.014)	(1.378)
Compra de energia elétrica para revenda	(257)	(175)
Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR (13.b)	(539)	(1.262)
Encargos de uso da Transmissão	(1.175)	(1.201)
Depreciação	(6.485)	(6.494)
Outros	(1.181)	(488)
Arrendamentos	(228)	-
Seguros	(254)	-
Pessoal e Administradores	(356)	(447)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	(1.101)	2.420
	<u>(14.590)</u>	<u>(9.025)</u>

18 Receitas e despesas financeiras

	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos de aplicação financeira	626	249
Multas e acréscimos moratórios	286	-
Receitas financeiras	<u>912</u>	<u>249</u>
Encargos da dívida	(4.026)	(4.393)
Multas e juros contratuais	-	(8.069)
Despesas bancárias	(13)	(34)
Outras despesas financeiras	-	(222)
Despesas financeiras	<u>(4.039)</u>	<u>(12.718)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.127)</u>	<u>(12.469)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro real de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. A Companhia acumula prejuízos fiscais que não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente, e portanto, ensejariam o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar tais créditos em curto período de tempo.

20 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

(i) ***Classificação dos instrumentos financeiros***

	31.12.2017		31.12.2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.804	-	631	-
Contas a receber	1.809	-	1.895	-
Fundos vinculados	3.028	-	2.156	-
Passivos financeiros				
Contas a pagar de fornecedores	-	6.458	-	19.524
AFAC	-	4.660	-	171
Empréstimos e financiamentos	-	42.059	-	44.935

(ii) ***Valor justo dos instrumentos financeiros***

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas e representam seu valor justo, como segue:

Outras contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como valor justo, devido à proximidade dos valores.

Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Essa definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

(iii) ***Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes***

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2017 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Índices	Taxa 2017	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%

	Saldo em 31.12.2017	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	42.059	TJLP	45.739	46.475

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota Explicativa nº 10.

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Os objetivos da Companhia são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

21 Contingências

Em 2017, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, em esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco remoto de materialização.

d. Impactos da REN nº 719/2016 (alteração da REN nº 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN nº 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN nº 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN nº 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras de 2017.

22 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2016
Provisões passivas (a)	14.126
Integralização de capital (b)	134.265

(a) Efeito não caixa decorrente da emissão de notas dos fornecedores.

(b) Efeito não caixa decorrente da integralização de capital através de AFAC.